

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.505 - RJ (2019/0122534-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **TRANSPORTE MAGELI LTDA**
ADVOGADOS : **FERNANDO JOSÉ BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ034320**
 FABIANO DIAS CURVELO DE OLIVEIRA - RJ094192
AGRAVANTE : **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ROD E TERMINAIS**
 DO EST RJ
ADVOGADOS : **INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA -**
 RJ099589
 NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ - RJ060316
 FABIANA SALES PALMEIRA - RJ167303
AGRAVADO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Transporte Mageli Ltda** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 1.301):

APELAÇÃO. Ação de cobrança. Alegação de que a ré se utiliza dos Terminais Rodoviários Mariano Procópio e Américo Fontenelle para operar nos locais determinadas linhas de ônibus, entretanto, sem efetuar o pagamento da Tarifa de Embarque de Terminal - TET desde junho de 1999. Tarifa de Embarque de Terminal - TET, originariamente denominada Tarifa de Utilização dos Terminais - TUT, que possui natureza jurídica de tarifa, não representando uma espécie tributária, pelo que se afasta o princípio restritivo da anterioridade. Metodologia para fixação da base de cálculo que restou revogada, pois desproporcional ao considerar a média estimada de passageiros como base de cálculo da tarifa implicando em excesso de exação. Sentença fundada em ordem de serviço já revogada que merece reforma. Crédito da autora que deve ser calculado sem observar a Ordem de Serviço nº 080/1999, tal como vier a ser apurado em liquidação de sentença. Parcial acolhimento do apelo autoral para que sejam computadas na condenação o valor das parcelas vincendas, sobre o qual deverá incidir a verba honorária sucumbencial. Em que pese a sucumbência parcial do pleito autoral, remanesce acolhida parte substancial dos pedidos, razão pela qual impõe-se a

manutenção dos consectários da sucumbência, cuja verba honorária deve incidir sobre 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nela inclusas as parcelas vincendas que vierem a ser apuradas, na forma do artigo 21, parágrafo único, c/c o artigo 20, §3º, do CPC/ 1973, aplicável na ocasião. Precedentes. RECURSOS A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 1.354/1.357).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 489, § 1º, 1.022, parágrafo único, II, e 86 do CPC/2015. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omissivo; e **(II)** "*enquanto não liquidada a r. Sentença de Primeiro Grau vê-se que é desconhecido tanto o valor do crédito vencido, no montante alegado pela Recorrida, bem como também é desconhecido o valor das prestações vincendas supostamente não pagas, afora ser desconhecido, também, a quantia que a Recorrente deixará de pagar àquela após a referida liquidação*", razão pela qual é descabido que a ora recorrente seja, desde já, integralmente onerada pela sucumbência.

Contrarrazões às fls. 1.399/1.406.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao cerne da controvérsia, constata-se que a Corte de origem foi expressa ao afirmar que houve a procedência de parte substancial dos pedidos da parte autora, razão pela qual o ônus da sucumbência recairia sobre a ora agravante. Leia-se (fls. 1.308/1.309):

Em que pese a sucumbência parcial do pleito autoral, remanesce acolhida parte substancial dos pedidos, razão pela qual impõe-se a manutenção dos consectários da sucumbência,

cuja verba honorária deve incidir sobre 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nela inclusas as parcelas vincendas que vierem a ser apuradas, na forma do artigo 21, parágrafo único, c/c o artigo 20, §3º, do CPC/1973, aplicável na ocasião.

Nesse contexto, o STJ possui entendimento no sentido de que "*quanto à distribuição dos ônus da sucumbência, (...) a verificação da proporção em que cada parte restou vencedora ou vencida, bem como a aferição de sucumbência mínima são providências que fogem à competência desta Corte por implicarem revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência do óbice contido na Súmula 7/STJ.*" (**AgRg no AREsp 818.416/SP**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 3/5/2016, DJe 16/5/2016).

No mesmo entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. ILEGITIMIDADE PASSIVA PARCIAL DA EXECUTADA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. HONORÁRIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. [...]

4. *O STJ tem entendimento pacífico de que "a aferição do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, mostra-se inviável em sede de recurso especial, tendo em vista a circunstância obstativa decorrente do disposto na Súmula 7 desta Corte".*

5. *O Tribunal a quo, soberano no exame de matéria fática, atribuiu os ônus da sucumbência com base no princípio da causalidade. Desse modo, qualquer conclusão em sentido contrário, objetivando reformar o acórdão recorrido, pressupõe necessariamente o reexame de elementos fático-probatórios dos autos, o que se revela inviável em Recurso Especial. Incidência das Súmulas 7 do STJ e 389 do STF.*

6. [...]

7. *Agravo Regimental não provido.*

(**AgRg no AREsp 750.878/RS**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/10/2015, DJe 18/11/2015)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA SOBRE PAGAMENTOS EFETUADOS NA VIA ADMINISTRATIVA. CRITÉRIO DE CÁLCULO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ART. 354 DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 21 DO CPC. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. In casu, verifica-se que o Tribunal de origem, para solucionar a controvérsia, utilizou-se de critério e informação contábil apto a compensar os valores pagos administrativamente pela Autarquia Previdenciária em relação ao débito total, apurando, assim, os valores efetivamente devidos. A alteração das conclusões a que chegou a Corte de origem, na forma pretendida, demandaria, necessariamente, a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. A regra de imputação de pagamentos prevista no artigo 354 do Código Civil é inaplicável às dívidas da Fazenda Pública.

Precedentes.

3. É inviável, na via estreita do Recurso Especial, a análise do grau de sucumbência em função do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda. Incidência da Súmula 7 desta Corte.

4. Agravo Regimental desprovido.

(**AgRg no AREsp 218.248/RS**, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 10/2/2015, DJe 24/2/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. EXCESSO NA EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS PARA REDUZIR O VALOR EXECUTADO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ART. 21, DO CPC. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 07/STJ.

1. A distribuição do ônus da sucumbência, em proporção 25% para a recorrente e 75% para a empresa ora recorrida, resultou da análise subjetiva levada a efeito pelo Tribunal a quo, com base nas circunstâncias da causa.

2. Consectariamente, revisar o critério adotado pela Corte de origem para a distribuição proporcional dos honorários sucumbenciais importa syndicar matéria fático-probatória, vedado nesta e. Corte ante o óbice da Súmula 07 do STJ.

3. [...]

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 806.284/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 09/10/2007, DJ 12/11/2007, p. 163)

Dessa forma, para se reformar o fundamento do acórdão, no sentido de que, *in casu*, o acolhimento da parte substancial dos pedidos autorais possibilitaria a manutenção do ônus da sucumbência sobre a empresa ora recorrente, demanda o reexame da matéria fática dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Levando-se em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator